

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 827.631 - SP (2015/0307295-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : MARLI APARECIDA BRITO
ADVOGADO : LUCYANA APARECIDA BRITO - SP186753
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : NEI CALDERON - SP114904
MARCELO OLIVEIRA ROCHA - SP113887
FABIANO ZAVANELLA E OUTRO(S) - SP163012
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo manifestado por Marli Aparecida Brito contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

Ação de cobrança - Depósito judicial - Prescrição vintenária - Não ocorrência - termo "a quo" a contar da data em que a autora manifestou interesse em levantar a verba e teve ciência do valor que a Instituição Financeira pretendia lhe devolver - Laudo pericial que apurou diferença a ser suportada pelo requerido - Impugnações afastadas - Remuneração do capital que não representa ônus para a parte - Afastamento da prescrição com procedência do pedido inicial - Inversão dos ônus de sucumbência - Recurso provido.

Alegou-se, no especial, violação dos artigos 535 e 515, § 3º, do revogado Código de Processo Civil, sob o argumento de que o acórdão local é omissivo e que o Tribunal local, ao afastar prescrição declarada na sentença, avançou sobre o mérito, não obstante prevendo a norma citada apenas a possibilidade de julgamento no estado do processo quando se tratar de sentença extintiva.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

De início, o Tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

Não há falar, portanto, em omissão ou negativa de prestação jurisdicional apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

Sobre o tema, os seguintes precedentes: AgRg no REsp 965.541/RS, Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 17/5/2011, DJe 24/5/2011, e AgRg no Ag 1.160.319/MG, Desembargador Convocado Vasco Della

Superior Tribunal de Justiça

Giustina, Terceira Turma, julgado em 26/4/2011, DJe 6/5/2011.

Quanto ao mais, esta Corte tem firme entendimento de que a norma prevista no dispositivo legal mencionado permite ao Tribunal de segundo grau conhecer diretamente do mérito quando afastar a prescrição declarada na sentença.

Assim:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.

1. É inviável a análise de teses não deduzidas no apelo extremo, alegadas apenas em agravo interno - *in casu*, a ocorrência da decadência -, mesmo em se tratando de matéria de ordem pública, por se caracterizar inovação recursal, rechaçada por este Tribunal Superior. Precedentes.

2. A jurisprudência desta Corte, conferindo interpretação ampliada ao artigo 515, § 3º, do CPC/73, admite a sua aplicação inclusive nos casos em que a extinção do feito tenha ocorrido com fundamento na prescrição ou decadência. Precedentes desta Corte. Incidência da Súmula 83 do STJ.

3. Na hipótese, o Tribunal local considerou a causa madura para julgamento por entender dispensável a produção de outras provas. A revisão acerca de sua convicção de estar o feito em condições de imediato julgamento configura matéria cuja apreciação é defesa na instância especial, a teor da Súmula 7 do STJ. Precedentes 4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 371.433/SE, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 19/9/2017, DJe 27/9/2017)

Diante do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora